



## IMAGEM URBANA E IDENTIDADE CULTURAL: EXPRESSÕES MUDIÁTICAS NA COMUNICAÇÃO BILÍNGÜE DO BAIRRO DA LIBERDADE

**Marco Souza<sup>1</sup>**

**O bairro não é só um recipiente onde se  
deposita uma população, é um molde  
que a conforma.**

**Amalia Alvarez**

Dividir a cidade em partes é um dos recursos mais recorrentes de apropriação, prática e teórica, do espaço urbano. Por isso, existem muitos métodos diferentes de acesso ao todo e às frações que compõem qualquer área urbana. Isso acontece, especialmente, quando se trata de classificar e analisar um bairro, que é, em si, uma localidade delimitada como uma suposta estabilidade dentro do perímetro de uma cidade. Mas, apesar do desmembramento em bairros partir de uma espécie de princípio organizador e administrativo, essa separação possui, igualmente, configurações funcionais, morfológicas e concernentes a toda uma estrutura urbana. Algo que está baseado na distinção e na compartimentalização de classes sociais, de diferenciações econômicas, de hábitos sociais e de ações individuais. O próprio bairro é, nesse sentido, uma tentativa de permanência que está apoiada por uma série de significados históricos; e também de significados objetivos e subjetivos.

Dessa forma, o bairro surge, no percurso da urbanização, correspondendo, conseqüentemente, a uma certa espacialização do decurso social da modernidade e sedimentando-se, propriamente, como um aglomerado sociocultural variado, detentor de uma conformidade advinda do contexto de estruturação e do movimento contínuo dos processos gerais das cidades. A cidade é muitas direções, e o bairro é uma baliza precisa e imprecisa do que é estar na cidade como uma parte dela. Assim, cada bairro é um território demarcado e demarcável derivado de conteúdos, simultaneamente, genéricos e específicos, mas, ao mesmo tempo, o bairro é um componente dentro de um outro tipo de territorialidade muito mais ampla que compreende as duas instâncias, distintas e congeminadas, da cidade e do urbano. A percepção da problemática urbana, diante disso, compreende a distinção e a articulação entre a cidade e o urbano. Só que tanto a cidade quanto o bairro representam, em certo sentido, as conseqüências

---

<sup>1</sup> Marco Souza é pesquisador do Centro de Estudos Orientais da PUC-SP

concretas do urbano, mas, os três têm âmbitos próprios e, sintomaticamente, também existem de maneira superposta e nunca independente. Só que mesmo assim, é passível de verificação como os bairros de uma cidade apresentam separações e diferenças claras que fazem com que seja, totalmente, inadequado querer encerrá-los em um único decurso de nascimento, de desenvolvimento, de estabilização e de transformação.

Sob o prisma da espacialidade, torna-se perceptível, então, entender o bairro como um fragmento que é, ao mesmo tempo, mídia e mediação porque representa uma:

*Mínima diferença entre espaços sociais múltiplos e diferenciados, ordenados pelas instituições e centros ativos. Seria o ponto de contato mais acessível entre o espaço geométrico e o espaço social, o ponto de transição entre um e outro; a porta de entrada e de saída entre espaços qualificados e o espaço quantificado, o lugar de onde se faz a tradução (para e pelos usuários) dos espaços sociais (econômicos, políticos, culturais, etc.) em espaço comum, isto é, geométrico. (LEFEBVRE, 1975: 200)*

É através dessa espécie de marcha que mira a funcionalização do uso do espaço que se pode abordar o bairro como algo que só existe diante da cidade. Mas, igualmente, como algo que é também resultante de contradições e de práticas também espaciais que se exteriorizam e se distinguem através dos seus diferentes usos e propósitos. Assim, é como se cada bairro pudesse ser apreciado por meio de singularidades próprias, e essas especificidades de cada bairro são, igualmente, uma parte fundamental da urbanização. Por isso, a maneira mais adequada de entender o bairro, sem entregar-se absolutamente à fragmentação, e sem limitar-se a essa fragmentação, é, justamente, reputar a cidade como a referência principal para o bairro, e enquanto referência principal, a cidade representa uma série de determinações e de situações. Dessa forma, colocando a possibilidade de questionar se, de fato, e até onde, na verdade, o bairro existe, resiste e sobrevive como uma unidade diferenciada em relação à cidade. É nesses termos que se pode propor uma reflexão não, exatamente, sobre a formação de um bairro, mas, mais exatamente, sobre a estabilização de um bairro como um fenômeno espacial, como um território concreto e, em certo sentido, também imaginário. Assim, o bairro não é, exclusivamente, um conjunto de ruas e de edificações classificado como uma unidade estatística da administração pública e municipal, nem é, igualmente, um fenômeno que traduz e materializa uma socioespacialidade específica.

Nessas condições, tentar organizar uma sistematização de um único bairro implica, necessariamente, na compreensão de uma parte que pertence ao todo e que contém, virtualmente, esse todo; e de uma parte que também está na gênese do processo geral do fenômeno cidades. Portanto, para revelar o bairro é, indispensável, saber ver e conseguir ver o bairro. Ou seja, olhar um espaço urbano significa reconhecer percursos, criar direções, estabelecendo e descobrindo relações internas e externas.

Tornando-se preciso, então, descobrir o modo mais adequado para decodificar esse espaço urbano e para entender sua lógica através da linguagem que se manifesta nesse mesmo espaço urbano construído e habitado. Dessa forma, é, justamente, o estudo dessa linguagem que pode possibilitar uma leitura e uma interpretação consistentes do que está sendo circunscrito e analisado. Por esse viés, contudo, criação de conhecimento diz respeito à realização e a utilização de conceitos que surgem, concretamente, a partir das particularidades do objeto que está sendo examinado, que surgem de um lugar expressivo onde o objeto em questão deve encontrar a sua maneira de colocar-se, e mostrar seu poder de linguagem.

Entretanto, a noção de espaço urbano possui um significado que varia conforme o autor, a área de conhecimento e a linha teórica considerados. Com isso, a conceituação do espaço urbano relaciona-se, intimamente, com aquilo que é, através dessas variações, diversamente e habitualmente designado como o conjunto, físico e social, dos processos de adensamento das malhas e dos fluxos das múltiplas determinações que compõem a realidade urbana. Portanto, o espaço, o urbano, a cidade e o bairro são termos que, por meio de sistemas e de ocorrências, se confundem e não são tratados com um claro discernimento teórico. Por exemplo, o geógrafo brasileiro Milton Santos faz uma distinção clara entre o urbano e a cidade. Para ele, *o urbano é freqüentemente o abstrato, o geral, o externo. A cidade é o particular, o concreto, o interno. (...) Por isso, na realidade, há histórias do urbano e histórias da cidade* (1994: 69). Já para o historiador francês Henri Lefebvre, *a cidade é uma morfologia material, é a realidade presente, imediata, dado prático-sensível arquitetônico, e o urbano é uma morfologia social, é realidade social, composta de relações a serem concebidas, construídas e/ou reconstruídas* (1991: 49). São duas conceituações diferenciadas que demonstram como uma mesma noção pode ser entendida por princípios teóricos completamente distintos. Por isso, ao realizar-se um discernimento que indica o bairro como um espaço urbano, pode-se optar por uma conceituação que mostra que para entender o bairro como um espaço urbano, tem-se que entender o bairro como um espaço urbano sobreposto por um outro espaço urbano que é a cidade. Partindo disso, é indispensável perceber que:

*Há múltiplas variações no modo de ver a cidade, mas, em cada uma, encontra-se sua veracidade representativa. Ou seja, como representações não mimetizam a cidade, mas são parciais enquanto modo de representar e enquanto sentido, ao representar, seleciona-se um aspecto ou parte de toda a cidade de onde se infere um sentido geral; toda a representação é uma síntese metonímica. Veracidade tem sua verdade e eficácia na medida em que, na cidade, é selecionada uma imagem persuasiva, ou não. Toda representação é uma parcialidade, uma ficção verídica. Portanto, o percurso daquelas veracidades nos leva a uma semiótica que supõe confrontar o espaço, o urbano, a cidade e o lugar.* (FERRARA, 2002: 117)

Deve-se observar, então, que ver o bairro é examinar — e também, em certo sentido, “ficcionalizar verdadeiramente” (lembrando a tradição flusseriana) — um fragmento, simultaneamente, discernível e indiscernível da cidade. Assim, ver o bairro é também ver a cidade porque ambos estão, mutuamente, contaminados. Por essa ótica, tanto a cidade como o bairro podem ser vistos, justamente, pela percepção de inúmeras imagens urbanas presentes nessa contaminação. Dessa forma, o espaço urbano da combinação cidade-bairro pode ser percebido e compreendido de duas formas: uma por meio de seu uso e a outra por meio de sua imagem física (FERRARA, 1986, 1988, 1997, 1999). Nesse sentido, a cidade é, continuamente, um lugar de construção e de destruição de imagens através de uma sucessão constante de processos múltiplos que, incessantemente, reinventam a cidade.

Por essa definição, fica claro que uma tal proposição exige que se considere como o espaço urbano sinaliza uma descontinuidade, porque a cidade não é, unicamente, um espaço físico limitado e organizado. Já que, progressivamente, as cidades tornaram-se cartografias descentradas que deslocam o foco do espaço para o tempo, da estática para a dinâmica, do real para o virtual. Pluralismo, transparência, interferência e velocidade das imagens promovem um dinamismo formal e uma instabilidade funcional na paisagem urbana. As flutuações de escala, as rupturas das seqüências espaciais lineares, as simultaneidades temporais remetem a desterritorializações e a desestratificações para flexibilizar articulações e estimular recombinações de formas e funções.

Toda essa espécie de textura fragmentada da produção socioespacial contemporânea aparece, de maneira marcante, no amplo painel urbano representado pela cidade de São Paulo. Mais do que uma cidade, São Paulo situa-se, no mundo moderno, como uma metrópole policêntrica estendida pelos vários pontos extremos de um caminho que segue um traçado difuso e confuso entre a megalópole e a necrópole. E para compreender essas inúmeras metamorfoses de São Paulo é necessário percorrer:

*Uma rota de inteligibilidade daquela teia onde se enredam o desenho físico e o construído, mais as experiências humanas, individuais e coletivas, que marcam aquele cotidiano. Uma lógica relacional, mas uma lógica, visto que a cidade, como organismo vivo, evolui de modo indeterminado, segundo uma espontaneidade que precisa ser perseguida e conhecida, a fim de que se produza uma possível generalização útil a uma previsão das transformações. Embora apenas possível e falível, essa previsão pode ser necessária para a compreensão do vertiginoso curso da metrópole. (FERRARA, 2000: 59)*

Por isso, para enxergar as formas de apropriação e de expressão do espaço na cidade de São Paulo é necessário considerá-la como uma estrutura complexa, integrada por vários sistemas entrelaçados e superpostos por relações compatíveis, complementares e até mesmo conflitantes. Devido a esses mecanismos diversos foi se estabelecendo uma série de representações exteriorizadas através de um conjunto de ligações por meio das quais foram surgindo as tensões, os impulsos e os

condicionamentos dos muitos bairros do perímetro paulistano. Tantos bairros que cada um coloca à vista imagens urbanas extremamente distintas, com características e com uma coerência, completamente, próprias. Portanto, ao debruçar-se sobre esses bairros se acaba desvelando inúmeros significados, descobertas e visões que identificam, a cada olhada, os elementos, as conexões, os objetos, os produtos, as moradias, as edificações, as ruas, as práticas, o cotidiano e os habitantes que afirmam as singularidades de todos esses bairros.

Nessa perspectiva, é possível definir uma já mencionada sistematização em torno de um bairro paulistano que se distingue dos demais por carregar dentro de sua área urbana, sintomaticamente, a presença de um outro bairro. Um bairro dentro de outro, essa é a dinâmica existente no Bairro da Liberdade. Só que essa chamada região do Bairro Oriental no Bairro da Liberdade, não é, na verdade, um bairro propriamente dito, mas apenas um espaço delimitado dentro do espaço da Liberdade. Esse espaço é, habitualmente, definido como uma localidade tradicional de comércio e também como uma espécie de micro-cosmos (tanto que é referido como um bairro inteiro) que possui determinadas características muito particulares que, mesmo sujeitas a algumas transformações advindas da passagem do tempo, persistem e acabam, em certo sentido, por “individualizá-lo” de maneira inconfundível.

Assim, no processo de urbanização-metropolitização da cidade de São Paulo, toda a formação histórica, social e cultural do espaço do Bairro Oriental é resultado de uma série de circunstâncias e de modificações. Entre esses dois pontos, a constituição desse espaço pode ser compreendida considerando-se, simultaneamente, aspectos econômicos e culturais do local e do grupo étnico que dele se apropriou. É por causa disso que a característica, desse contexto, sempre lembrada e ressaltada é o entendimento do Bairro Oriental como resultante de uma concentração urbana feita por um determinado conjunto de pessoas que compartilham uma etnia comum. Por isso, a principal força de ocupação e de formatação do Bairro Oriental advém, inicialmente, de uma população de imigrantes japoneses, mas, atualmente, esses predicados foram também assumidos por uma população de imigrantes chineses e coreanos. Com isso, é possível apontar a presença de uma etnia asiática que justifica a associação da palavra bairro com a palavra oriental. Portanto, o Bairro Oriental nunca foi um gueto porque nenhum dos componentes étnicos dessa população foi forçado a viver nessa área, muito pelo contrário, eles escolheram viver nessa área. Isso aconteceu, justamente, por uma série de fatores provenientes, principalmente, de questões econômicas.

Nesse sentido, essa espécie de paisagem humana particular acabou condicionando a própria paisagem urbanística desse local. Algo que ocorreu porque certos grupos (como esse citado grupo étnico) criam, através de suas experiências pessoais, espaços na cidade e nele se reconhecem e elaboram referenciais, entre o público e o privado e entre o uso e a troca, para a mobilidade de suas necessidades

sócio-econômicas e para a manutenção de suas identidades culturais. Por isso, é também indispensável considerar a interação indivíduo-grupo-espço que envolve dimensões culturais, semânticas, estéticas, sociais e psicológicas. Afinal, entender como o elemento humano se relaciona com o elemento espacial, é entender, igualmente, como acontece uma parte significativa da configuração e da estruturação desse mesmo espaço. Uma possível definição para esse processo estaria na afirmação da existência de fundamentos que tem como base uma atividade relacional entre o ser humano e o ambiente em que se vive.

Já que o processo de apreensão humana do espaço é um mecanismo ligado ao conhecimento, que aqui deve ser entendido como uma maneira de pensar, de atuar e de interatuar, variavelmente, de acordo com estruturas e ligações que dão suporte a essas operações. Sendo que tudo isso é determinado pelo movimento de um indivíduo e de um grupo de indivíduos sobre as porções geográficas do mundo. Da movimentação humana, sobre essas superfícies do mundo e sobre os usos (constituídos pela utilização, objetiva e subjetiva, do espaço) realizados nessas superfícies, resulta um conjunto de conexões e de sentidos que vão compor uma realidade espacial única para o indivíduo e para a coletividade.

Dessa forma, o Bairro Oriental resulta, do mesmo modo, da atividade de seus habitantes e da maneira que eles o vivenciam e o conformam. É todo um jogo de forças e de contatos que permite infinitas possibilidades de esquematizações e de fragmentações. E entre todas essas possibilidades, por exemplo, para perceber o espaço sensorialmente é preciso toda uma mensuração que se estende por níveis topológicos do tátil, do visual e do sonoro que servem de referência para o conhecimento da cidade como itinerário, como colorido dos sinais, como altura dos edifícios, etc. São condições que ficam, totalmente, claras ao se acompanhar, justamente, uma descrição sensorial (com as regras gramaticais da época em que foi escrita) dessa área do Bairro da Liberdade que:

*Está situada, com aquela, próxima do centro comercial e é, em sua quase totalidade formada de construção antiga, o que facilita a constituição de moradias coletivas. O comércio, neste trecho, é feito em geral por japoneses, emprestando ao ambiente um cunho oriental bastante curioso. Ali são encontrados, com facilidade, produtos típicos, como o “Aji-no-moto” ou o “Caril Shinyo”, importados diretamente e toda a sorte de bijuteria delicada e interessante, que só o japonês sabe executar com tanta perfeição e habilidade. E os anúncios e as placas dos estabelecimentos comerciais? Escritos, em parte, com os caracteres adotados no País do Sol Nascente, emprestam ao ambiente um cunho especial. Aqui é uma taboleta de uma pensão japonesa, ali de um hotel, acolá de um barbeiro ou de um tintureiro. De tudo encontramos quitandas, leiterias, confeitarias, marcenarias, sapatarias, farmácias, livrarias e até casa bancária, sempre com empregados e profissionais japoneses ou filhos de*

*japoneses. Houve época em São Paulo, em que a maior parte dessas casas comerciais apresentavam suas placas escritas, unicamente, em japonês. Na atualidade algumas ainda ostentam a referência japonesa por baixo da denominação em português.* (ARAÚJO, 1940: 273)

Obviamente, um número considerável de décadas separa o momento em que a passagem do texto acima foi escrita e o tempo presente. Mas, mesmo assim, esse relato retrata, com precisão, o que acontece ao se enxergar determinados detalhes de um Bairro Oriental que é detentor de uma imagem urbana que se espacializa na cidade de São Paulo, mas que também se estende por muitos outros lugares ao falar em línguas variadas e ao entrecruzar culturas, sabores, odores, temporalidades e estranhezas. De fato, o que está em causa não é somente a visão, mas, todos os sentidos. Não é somente a percepção, mas, todos os modos de relação do indivíduo com o mundo, relação que nunca é, exatamente, a mesma para cada indivíduo. Desse jeito, o espaço nunca é neutro, nunca é uma extensão inerte e vazia a ser preenchida e moldada, exclusivamente, pelos desígnios de algum plano urbanístico.

É uma situação que se distingue, com clareza, no caso específico do Bairro Oriental, no qual o espaço é também identificado através da própria identidade cultural de uma determinada população que o habita. Com isso, produz-se uma espécie de visibilidade que não deixa, unicamente, à vista uma identidade, mas, que, igualmente, cria identidades. Identidades que humanizam e relacionam o espaço através de laços de convivência e de sensações de pertencimento a um lugar próprio. Então, o espaço produzido pela ação humana supõe, justamente, um labor e um local que direcionam essa produção. Com isso, os usos aparecem, constantemente, relacionados à produção das formas espaciais. O uso é, dessa maneira, a forma espacial em processo. O uso guarda a dimensão da vida humana que se elabora e se reelabora através de práticas sociais, culturais e, conseqüentemente, espaciais que revelam não, exclusivamente, as relações entre os signos, mas, principalmente, todo o processo de significação que acaba gerando esses signos. É toda uma rede de conexões que demonstra, precisamente, como o espaço também é construído por meio de um percurso comunicacional que se organiza entre as intenções culturais do habitante espacial e os efeitos dessas intenções nas formas espaciais.

Compreende-se, dessa forma, que indo além da “superfície visual” do Bairro Oriental, enxerga-se a expressão de uma escritura sobre a cidade de São Paulo que extrapola qualquer padronização uniformizante e perceptiva de suas imagens para revelar a própria cidade como uma espécie de corpo vivo e extensivo aos seus habitantes. Já que essa escritura acaba se configurando como um cruzamento de linguagens cujo acesso é resultado e mediação de um processo de interrelacionamento do ser humano com o espaço urbano que ele habita. Instaurando-se, assim, um tipo de escrita urbana que, partindo de aspectos concretos e simbólicos, ultrapassa a visualidade proporcionada por uma perspectiva urbanística superficial, e permite detectar, pelo uso dos espaços como comunicação, as marcas humanas da cidade.

O Bairro Oriental é, então, definido a partir de critérios objetivos, apurados diante do espaço sensível, e, simultaneamente, a partir de critérios que mergulham na intersubjetividade do grupo específico que nele vive e o aceita enquanto bairro.

Essas duas dimensões se interpenetram e se condicionam para formar imagens singulares que apontam para as particularidades de um contexto de relações possíveis que os indivíduos estabelecem com os espaços que os cercam e que, literalmente, os completam. Algo que acontece não só por causa das multiplicidades sógnicas da linguagem urbana, mas, igualmente, devido às complexidades da representação, do uso e do imaginário humanos exteriorizados pelas marcas que os habitantes imprimem na própria estrutura da metrópole paulistana.

Afinal:

*As pessoas inconscientemente ou conscientemente sempre “demarcam” seus bairros, a partir de marcos referenciais que elas e, certamente outras antes delas, produzindo uma herança simbólica que passa de geração a geração, identificam como sendo interiores ou exteriores a um dado bairro. Os limites do bairro podem ser imprecisos, podem variar um pouco de pessoa para pessoa. Mas se essa variação for muito grande, dificilmente estar-se-á perante um bairro, porque dificilmente haverá um suporte para uma identidade razoavelmente compartilhada, ou um legado simbólico suficientemente expressivo. Para existir um bairro, ainda que na sua mínima condição de referencial geográfico, é necessário haver um considerável espaço de manobra para a intersubjetividade, para uma ampla intersecção de subjetividades individuais. (SOUZA, 1989: 150)*

Diante disso, entender o Bairro Oriental como o resultado das formas de utilização que agiram e que agem sobre esse espaço, é também discernir os contornos e as especificidades próprias das identidades culturais de um grupo heterogêneo de imigrantes e de descendentes de imigrantes que constituiu esse Bairro Oriental como um espaço marcado culturalmente e também como um espaço relevante na vida social e econômica da cidade de São Paulo. Portanto, seja através de seu aspecto ou de seu simbolismo visual, o Bairro Oriental se materializa como uma imagem urbana exposta através de seu vínculo com uma imigração asiática que trouxe toda uma maneira de vida, uma linguagem, uma comercialização e uma culinária marcadas por ações em torno dos seus significados e por formas de apropriação diferenciadas. Nesse sentido, tentar distinguir os “signos-vestígios” deixados pelos “habitantes-usuários” do Bairro Oriental revela-se um empreendimento que reside, especialmente, nas relações que estabeleceram essa área como uma região caracteristicamente comercial.

Desde o Paleolítico Superior há indícios de troca de produtos, o que representa, em certa medida, uma forma de comércio, normalmente, artigos de luxo, como conchas. A existência desse intercâmbio de objetos demonstra que os grupos, então existentes, não se encontravam tão isolados, e

que a troca também acontecia. E com o passar do tempo, o comércio foi, progressivamente, se diversificando e se transformando em um dos componentes orgânicos da cidade. Embora seja difícil a reconstituição das diferentes etapas de evolução do estabelecimento comercial, sabe-se que as lojas de artífices tinham sido bastante comuns em todas as cidades européias e asiáticas desde a Idade Média, mas a loja do século XVIII era diferente. Era dirigida por um simples comerciante de artigos e não mais pelo produtor, e lojas desse tipo já existiam em Paris, Londres, Tóquio e Pequim por volta, justamente, do final do século XVIII. E nas cidades desse referido século, as primeiras lojas, além das tendas dos artesãos, eram geralmente armazéns gerais, mas na medida em que a população aumentava e os clientes se habituavam a essa forma de comércio, foram, gradualmente, surgindo as lojas especializadas. De início muito modestas, não tardaram a aprender a se enfeitar externamente com grandes painéis de vidro e inscrições douradas, criando as vitrines. Esse foi o embrião do envolvimento do consumidor, no prazer de comprar. Na primeira metade do século XIX, essa pequena loja especializada se espalhou pelo mundo criando as bases e os formatos da grande maioria dos estabelecimentos comerciais que povoam o mundo moderno.

No caso específico do Bairro Oriental, existe um ambiente composto por ruas de compras tradicionais com lojas de ambos os lados das ruas dando acesso aos pedestres e ao tráfego motorizado. Esse espaço comercial, atualmente, aparece de forma expandida através da presença de estabelecimentos comerciais variados (lojas, restaurantes, lanchonetes, etc.) localizados estrategicamente nessas citadas ruas estreitas. São artérias, vias públicas que, contraditoriamente, unem e separam através de cheios e vazios. A rua é uma entidade cujas formas diretrizes não são as dos edifícios, mas as de lugar de passagem e de encontro. A descoberta do outro se inclui como característica humana a ser perseguida no espaço público, em oposição aos confinamentos de espaços fechados. Assim, é pela lógica do espaço público da rua, que os caminhos dos usos do estabelecimento comercial — que é, simultaneamente, público para os clientes e privado para os proprietários — são marcados por maneiras distintas de adequação. Em qualquer cidade pode-se encontrar estabelecimentos comerciais. No Bairro Oriental, até mais que os restaurantes de comida oriental (que são freqüentados por um público consumidor mais direcionado para o período noturno e que é numericamente menor que o do período diurno), as lojas são os estabelecimentos comerciais que mais se destacam não só por serem as instalações mais conhecidas e procuradas pelo público consumidor que freqüenta a área, mas, também por tornarem visível o fato de que nenhum momento da produção espacial desaparece totalmente, seja através dos traços da paisagem, seja da cultura ou do imaginário da sociedade.

Toda loja é um espaço. Através de uma única olhada é possível criar, automaticamente, uma impressão característica sobre o tipo de espaço que a loja representa. Então, o espaço é um fator

fundamental que reflete a ambientação, o estilo, a qualidade, o tom e a atmosfera de cada loja. Por isso, o planejamento espacial da loja é importante por várias razões que influenciam a capacidade do estabelecimento em atrair a atenção e a frequência do seu público consumidor. Nesse sentido, qualquer projeto de organização da loja faz uma distinção entre o espaço interno e o espaço externo da edificação comercial.

Por um percurso histórico, a forma original de uma loja era o mercado onde os produtos eram espalhados pelo chão. Os estágios seguintes da estrutura de mercado incluíam bancas, tendas com uma mesa e uma cobertura de proteção, barracas desmontáveis, barracas permanentes, devidamente fechadas, e, finalmente, fileiras de lojas divididas de acordo com o ramo de atividades. Os predecessores das lojas foram barracas com duas grandes pranchas de madeira dispostas horizontalmente que abriam para cima, uma servia como mesa e a outra como cobertura. Consumidor e comerciante ficavam em lados opostos da mesa. Inicialmente alugado, o terreno para barracas fixas transformou-se, posteriormente, em propriedade dos comerciantes. A concessão inicial tornou-se permissão para a construção de uma edificação. Barracas de uma sala viraram barracas com uma série de salas. Quando o balcão passa para dentro da loja, o negócio começa a ser realizado no interior. As mercadorias deixam de estar claramente expostas e, para atrair os clientes, anúncios e propagandas são apresentados externamente até o aparecimento das vitrines na metade do século XVIII.

Então, desde o surgimento dessa divisão entre o lado de dentro e o lado de fora da loja, o lado de fora tem como função não só suscitar alguma forma de atração no possível consumidor, mas, tem, igualmente, a função de deixar à vista quais são as principais características da loja como o seu nome e a sua especialidade comercial. Por essa perspectiva, assim como há o espaço interno e o espaço externo da loja, esse mesmo espaço externo da loja pode ser, em certo sentido, também dividido entre espaço objetivo e espaço subjetivo. Por mais redundante que pareça, é evidente, entretanto, que qualquer espaço é uma combinação concomitante de aspectos objetivos e subjetivos, existindo, simultaneamente, uma aparência exterior do espaço e, ao mesmo tempo, um sentido reservado que advém de motivos e intenções particulares dos que atuam, praticamente, sobre o espaço ou daqueles que, simplesmente, o contemplam. Por isso, o espaço externo de cada loja permite visualizar não apenas um único significado.

No Bairro Oriental, essa é uma situação que; literalmente, salta aos olhos quando se observa as já mencionadas (ARAÚJO, 1940) placas das lojas escritas na língua original dos imigrantes asiáticos. Por causa da grande distância geográfica de sua terra natal, os imigrantes implementam e mantêm sua língua de origem como parte de uma identidade cultural que é prolongada e também alterada na ocupação do país para o qual emigraram. Contudo, após dez décadas e muitas gerações de asiáticos nascidos no Brasil

(não sendo mais, obviamente, asiáticos e sim brasileiros) depois da chegada ao Bairro da Liberdade, a própria utilização dessa língua original sofreu transformações que podem ser constatadas, exatamente, nos anúncios e nas placas das lojas situadas no Bairro Oriental. Dessa forma, as placas das lojas do Bairro Oriental podem ser entendidas como referentes emblemáticos que expressam e tornam visível como o idioma é também um espaço no qual a identidade cultural se manifesta e tenta sobreviver.

Contudo, o que se constata é que pouco se pesquisou, de fato, sobre como aconteceu o desenvolvimento do quadro de produção e de consumo de placas de estabelecimentos comerciais na cidade de São Paulo e, conseqüentemente, muitíssimo pouco se explorou sobre a especificidade dessa produção e o uso que é feito dela em relação aos seus conteúdos estéticos e culturais. Assim, na sua condição mais imediata de elemento de fruição visual, a maneira pela qual as placas de estabelecimentos comerciais e os sistemas que a partir delas são montados acabam se integrando às significações visivas da cidade, demonstra um conjunto considerável de operações classificatórias e valorativas porque dependem de práticas que não envolvem, somente, padrões de gosto e de conformidade estética. A placa tem uma espécie de caráter ordenador que funciona como elemento constituinte de uma realidade visual referente ao estabelecimento comercial do qual ela faz parte. Mas, diante disso, pode-se questionar como é possível relacionar as placas do Bairro Oriental com a formação e a expressão de identidades culturais. Toda placa é, simultaneamente, uma composição visual e é também uma estrutura que torna algo visível. Toda placa produz, traduz e introduz um significado. Toda placa pode ser entendida como um processo de significação. Um processo de significação que para ser compreendido necessita que a placa possa ser vista como uma forma de expressão, como um objeto que além de seu contexto original pode ser transportado para um outro contexto, que é, freqüentemente, de organização mais complexa.

Para tanto, ao se acompanhar o percurso histórico das placas do Bairro Oriental, percebe-se inicialmente a utilização de placas com, exclusivamente, caracteres japoneses. Esse tipo de placa unilíngüe reflete como, em primeira instância, o espaço comercial do Bairro Oriental era imageticamente estruturado como uma área freqüentada e consumida por uma população vinda, completamente, dos imigrantes japoneses. Em uma segunda instância, passa-se a utilizar placas bilíngües, uma situação que demonstra como o espaço comercial do Bairro Oriental tornou-se uma região ajustada ao âmbito urbano da cidade de São Paulo, já que a idiomatização bilíngüe indica o acréscimo de uma estrutura imagética que possa atender aos imigrantes japoneses e ao resto da mescla populacional paulistana. Em uma terceira instância, a placa bilíngüe passa a dividir seus caracteres com mais duas etnias, os chineses e os coreanos. Esse é o momento presente, no qual o espaço comercial do Bairro Oriental apresenta uma estrutura imagética onde uma heterogeneidade étnica (que suplanta a homogeneidade étnica japonesa) é o mais visível. Diante dessas circunstâncias, antigas particularidades se afirmam, ganhando força de realidade. O Bairro Oriental vai produzindo o reprodutível, imitando a produção do passado, reproduzindo seu laço com um passado vinculado a uma imigração japonesa no singular e, ao mesmo tempo, dando lugar a um presente vinculado a uma imigração asiática no plural.

Ou seja, o Bairro da Liberdade possuía uma imagem urbana que é modificada, que sofre uma transformação visual por causa desse “assentamento asiático”, e essa transformação é, claramente, vista na presença das placas com caracteres orientais que se destacam como o elemento visual constante (desde de 1912 até hoje) e perceptível da redefinição da imagem urbana (anterior as placas) do Bairro da Liberdade. Por isso, a gramática bilíngüe das placas não reflete, somente, uma forma diferenciada de comercializar, de sinalizar e de organizar a área urbana do Bairro Oriental. Mas, reflete, igualmente, todo um complexo processo de comunicação ligado, principalmente, ao tipo de identidade cultural que foi sendo escrita, inscrita e até incrustada nesse espaço na mesma medida em que as placas também passaram a representar uma referência simbólica de identidades culturais anteriores que ainda continuam manifestas no meio de outras identidades do período atual. Essa vivência do Bairro Oriental como um lugar de referência cultural é o que fica claro nas declarações do empresário comercial Masakazu Sasaki, que emigrou do Japão para o Bairro da Liberdade da cidade de São Paulo em 1947, e que ao responder porque colocar uma placa bilíngüe diante de seu estabelecimento, afirma, simplesmente, que *é para que saibam que eu não sou chinês e nem coreano*.

Com efeito, é pelos caracteres da placa bilíngüe que ele transmite, conjuntamente, sua identidade étnica-cultural, seu pertencimento a um grupo, seu reconhecimento de que o Bairro Oriental já não é mais, essencialmente, japonês, e seu uso visual singular que tem como intenção distinguir um espaço urbano próprio. Então, para ele, essa placa bilíngüe não identifica apenas o seu estabelecimento comercial, essa placa bilíngüe é, do mesmo modo, uma entonação direta e intencional de uma visibilidade, objetiva e subjetiva, que comunica uma série de intentos particulares. Mais do que um exemplo de um tipo de mídia exterior, as placas bilíngües do Bairro Oriental revelam uma vazão comunicativa que torna patente como o bairro, a cidade e o espaço urbano, em si, não só comunicam imagens como também podem ser caracterizados como uma forma de mídia. As placas bilíngües apresentam-se, dessa maneira, como expressões midiáticas que mostram como sempre existe a possibilidade de uma ação individual, de um uso peculiar na lógica de comunicação das relações espaciais. O uso é, então, as possíveis formas que o espaço pode adquirir. Sendo assim, é adequado compreender que o Bairro Oriental é um espaço de sobreposição das memórias e dos modos da vida dos japoneses, e também dos chineses, dos coreanos, e de outros habitantes e de outras nacionalidades que tiveram a oportunidade de viver e de olhar os detalhes urbanísticos dessa área específica. Como movimento de ação recíproca que se estabelece entre as conexões sociais e as extensões produzidas nos limites de uma organização social determinada, enxergar as singulares e diferentes identidades culturais da área do Bairro Oriental no Bairro da Liberdade, é, de certa forma, enxergar também a multiplicidade de transformações, de identidades e de espaços da própria cidade de São Paulo.

## Referências Bibliográficas:

- ARAÚJO, Oscar E. “Enquistamentos Étnicos”. In: *Revista do Arquivo Municipal de São Paulo*. São Paulo, 1940, set., n° 125, pp. 271-282.
- GREINER, Christine; AMORIM, Claudia (Orgs.). *Leituras do Corpo*. São Paulo: Annablume, 2003.
- FERRARA, Lucrécia D’Alessio. *A Estratégia dos Signos: Linguagem, Espaço, Ambiente Urbano*. São Paulo: Perspectiva, 1986.
- \_\_\_\_\_. *Ver a Cidade*. São Paulo: Nobel, 1988.
- \_\_\_\_\_. *Leitura sem Palavras*. 4ª ed. São Paulo: Ática, 1997.
- \_\_\_\_\_. *Olhar Periférico: Informação, Linguagem, Percepção Ambiental*. 2ª ed. São Paulo: Edusp, 1999.
- \_\_\_\_\_. *Os Significados Urbanos*. São Paulo: Edusp/Fapesp, 2000.
- \_\_\_\_\_. *Design em Espaços*. São Paulo: Rosari, 2002.
- GUIMARÃES, Laís de Barros Monteiro. *Liberdade (História dos Bairros de São Paulo)*. São Paulo: Prefeitura do Município de São Paulo/Secretaria Municipal de Cultura, 1979.
- LEFEBVRE, Henri. *De lo Rural a lo Urbano: Antologia*. Trad. Vereno Abrunhosa. 3ª ed. Barcelona: Península, 1975.
- \_\_\_\_\_. *O Direito à Cidade*. Trad. Rubens Eduardo Frias. São Paulo: Editora Moraes, 1991.
- LANGENBUCH, Jüergen Richard. *A Estruturação da Grande São Paulo: Estudo de Geografia Urbana*. Rio de Janeiro: IBGE, 1971.
- LOWE, Walter. *Form and Decoration: The Aesthetics of Comercial Media*. New York: The University of Columbia Press, 2003.
- SAITO, Cecília Noriko Ito. *O Shodô, o Corpo e os Novos Processos de Significação*. São Paulo: Annablume, 2004.
- SANTOS, Milton. *Técnica, Espaço, Tempo, Globalização e Meio Técnico-Científico-Informacional*. São Paulo: Hucitec, 1994.
- SOUZA, Marcelo José Lopes. “O Bairro Contemporâneo: Ensaio de Abordagem Política”. In: *Revista Brasileira de Geografia*. Rio de Janeiro, 1989, n° 51, pp. 140-151.
- VARGAS, Helena Comin. *A Lógica do Espaço Terciário: O Lugar, a Arquitetura e a Imagem do Comércio*. São Paulo. 2002. FAU-USP (Tese de Livre Docência), 193f.